Modelo n.º 2 (§ único do artigo 29.º do regulamento).

**DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE O § ÚNICO DO ARTIGO 29.º
DO REGULAMENTO DO DECRETO-LEI N.º 40 623**

Ano de 19... (1)

- (2) Processo n.º ...
(3) Alvará n.º ...
(4) Relativo à inscrição na ...
(5) Concedido a: ...
(6) Morador em ...

Para cumprimento do disposto no § único do artigo 29.º do Regulamento do Decreto-Lei n.º 40 623, declara-se que esta firma não executou nem teve em execução durante o ano a que esta declaração se refere quaisquer obras que se enquadrem na inscrição acima indicada.

..., ... de ... de 19...

(7) ...

Esta declaração é apresentada até ao último dia de Fevereiro de cada ano.

(A₁ — 297 mm × 210 mm)

Instruções

A preencher pela Comissão:

(2)

A preencher pelo empreiteiro inscrito:

- (1) Ano a que se refere a declaração apresentada.
(2) Número do alvará a que a declaração disser respeito.
(3) Indicação da subcategoria ou categoria e classe a que se refere esse alvará.
(4) Nome da firma a quem o alvará foi concedido.
(5) Localização do escritório ou sede da firma, de acordo com o que constar na matrícula do seu registo comercial.
(6) Assinatura do titular do alvará, ou de quem legalmente o representar, sobre uma estampilha fiscal de 5\$.

Ministério das Obras Públicas, 16 de Maio de 1961. —
O Ministro das Obras Públicas, *Eduardo de Arantes e Oliveira*.

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Decreto n.º 43 692

Considerando que foi adjudicada a Francisco Pinto Loureiro a empreitada de «Igreja de Ferreirim (Lamego) — Prosseguimento da reconstrução das paredes da torre medieval»;

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos,

está fixado o prazo de 300 dias, que abrange parte dos anos de 1961 e 1962;

Tendo em vista o disposto no artigo 22.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 41 375, de 19 de Novembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com Francisco Pinto Loureiro para a execução da empreitada de «Igreja de Ferreirim (Lamego) — Prosseguimento da reconstrução das paredes da torre medieval», pela importância de 199 850\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despende com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude do contrato, mais de 30 000\$ no corrente ano e 169 850\$, ou que se apurar como saldo, no ano de 1962.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 16 de Maio de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Eduardo de Arantes e Oliveira*.

Decreto n.º 43 693

Considerando que foi adjudicada a António Rodrigues Maduro a empreitada de «Edifício do antigo Convento de S. Francisco — Arranjos exteriores»;

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de 300 dias, que abrange parte dos anos de 1961 e 1962;

Tendo em vista o disposto no artigo 22.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 41 375, de 19 de Novembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com António Rodrigues Maduro para a execução da empreitada de «Edifício do antigo Convento de S. Francisco — Arranjos exteriores», pela importância de 385 102\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despende com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude do contrato, mais de 200 000\$ no corrente ano e 185 102\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1962.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 16 de Maio de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Eduardo de Arantes e Oliveira*.

Decreto n.º 43 694

Considerando que foi adjudicada à firma Insular de Construções, L.^{da}, a empreitada de construção do quartel da sede da companhia n.º 1, secção e posto da Guarda Fiscal, no Funchal;

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos,